



EDGAR DE AQUINO DUARTE

FILIAÇÃO: Francisca Maria Duarte e José Geraldo Duarte

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 22/2/1941, Bom Jardim (PE)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: ex-militar, corretor de imóveis, operador de bolsa de valores

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: não se aplica

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: junho de 1973, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Ao terminar o segundo grau, Edgar entrou para a Marinha, onde se tornou cabo do Corpo de Fuzileiros Navais. Foi da Associação de Fuzileiros Navais do Brasil, participando da Revolta dos Marinheiros, movimento de resistência à deposição de João Goulart e ao golpe de 1964. Após a revolta, em junho de 1964, exilou-se no México e depois seguiu para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu na clandestinidade, passando a exercer a atividade de corretor de imóveis em São Paulo. Na ocasião em que foi preso, em 1971, trabalhava como operador da bolsa de valores.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Edgar de Aquino Duarte foi reconhecido como desaparecido político arrolado no Anexo I da Lei nº 9.140/1995. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) deferiu o pedido da família no processo nº 29/96. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi declarado anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia em 20 de setembro de 2013 nos termos da Lei nº 10.559/2002. Em 17 de outubro de 2012, o Ministério Público Federal, em São Paulo, apresentou denúncia à Justiça

Federal contra o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP no período de 1970 a 1974, pelo crime de sequestro qualificado de Edgar de Aquino Duarte, em junho de 1971. São também acusados pelo mesmo crime o delegado aposentado Alcides Singillo e o delegado Carlos Alberto Augusto, ambos da Polícia Civil. O processo está em tramitação na Justiça Federal.

Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua do bairro Cidade Dutra.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Edgar de Aquino Duarte foi preso em 13 de junho de 1971 em seu próprio apartamento, na rua Martins Fontes, 268, apto. 807, em São Paulo, por agentes do DOPS/SP em operação conjunta com o DOI-CODI/SP. Esteve preso por mais de dois anos, incomunicável para a família ou o advogado, tendo sido continuamente torturado. Inicialmente esteve preso no DOPS-SP, em cela solitária do “fundão”; em seguida foi para o DOI-CODI/SP; em agosto de 71 esteve no DOI-CODI/RJ, onde conversou com os presos Manoel Henrique Ferreira e Alex Polari de Alverga; em seguida esteve também no 7º Regimento de Cavalaria, no Setor Militar Urbano em Brasília

e no final de 72 até junho de 73, retornou ao DOPS-SP, onde novamente ficou preso em solitária. Diversos militantes presos conviveram com Edgar, tanto no DOI-CODI/SP quanto no DOPS/SP. As denúncias, feitas à época, de José Genoíno Neto, Paulo de Tarso Vannuchi, Manoel Henrique Ferreira, Roberto Ribeiro Martins, Luiz Vergatti e Carlos Vítor Alves Delamônica, e os depoimentos atuais de Ivan Akselrud de Seixas, José Damião Trindade, André Tetsuo Ota, Pedro Rocha Filho, Arthur Scavone, Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles confirmam a prisão, torturas e morte de Edgar.

Depoimento de José Genoíno Neto:

[...] ao seu lado, também numa cela individual e solitária, estava uma pessoa com o nome de Edgar [de] Aquino Duarte que falou para o interrogado que estava preso há dois anos, incomunicável. Que passou por presídios do Rio, Brasília, OBAN e DOPS e que nesses lugares sempre ficou em celas solitárias sem ficha e sem nenhuma identificação de seu nome verdadeiro.

Depoimento de Roberto Ribeiro Martins:

Quero ainda acrescentar, por um dever de justiça e, para comprovar que muitas são as arbitrariedades do Brasil de hoje, que tomei conhecimento no DOPS, da existência de um rapaz de nome Edgar de Aquino, preso há dois anos sem culpa formada e incomunicável.

Depoimento de Luiz Vergatti:

Outra questão é a situação da ilegalidade das prisões e mesmo da manutenção, como o caso do interrogado que ficou 4 meses e meio na OBAN, como tem o Edgar de Aquino que está há mais de 2 anos preso e incomunicável.

Depoimento de Carlos Vítor Alves Delamônica:

Que na fase do DOPS, como testemunho de descumprimento de leis, votadas pelo próprio regime vigente, lá tomei conhecimento e contato com o Edgar de Aquino Duarte, preso há dois anos em regime de absoluta incomunicabilidade.

Durante o período em que esteve preso, Edgar indagava diretamente aos carcereiros e agentes da repressão sobre sua situação, ao que era respondido que seu caso estava à disposição do Centro de Informações do Exército (CIE). Maria Amélia de Almeida Teles é testemunha e ouviu, durante os “interrogatórios” de Edgar, que um de seus algozes bradou: “você mexeu com segredo de Estado; você tem que morrer”. Nos últimos dias, antes de desaparecer em junho de 1973, Edgar era liberado com mais frequência da solitária para tomar banho de sol. Desconfiado, confessou a Maria Amélia que tinha medo, pois achava que iriam matá-lo e que diriam que ele foi liberado e “justicado” fora da prisão. Essa versão se confirmou quando o advogado de Maria Amélia, José Virgílio Lopes Enei, ao impetrar *habeas corpus* em favor de Edgar em julho de 1973, obteve como resposta de Alcides Singillo que Edgar já havia sido liberado e que “talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal”.

Meses antes de ser preso, em 1971, Edgar encontrou-se com “Cabo Anselmo” e, atendendo ao pedido de Anselmo, que havia atuado com Edgar na Revolta dos Marinheiros em 1964, acolheu-o em seu apartamento, sustentando-o com o salário de corretor da bolsa de valores. Em depoimento à Comissão Estadual

da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”, Maria José Wilhensen narra que também conheceu “Cabo Anselmo”. Ela recorda da preocupação de Edgar, nos dias anteriores à sua prisão:

Em outro momento, Edgar e Anselmo foram ver o jogo da seleção de Cuba. Por algum motivo meu marido e eu não pudemos ir. Ele foi com o Anselmo. No outro dia, ele falou: “Alguma coisa não saiu bem, acho que nós fomos seguidos, Anselmo entregou um pacote para a capitã da seleção de Cuba, acho que alguém perto viu e fomos seguidos, tem gente seguindo a gente”.

Há controvérsias sobre Edgar ter sido preso sozinho ou junto com “Cabo Anselmo” em seu apartamento. Há uma versão, confirmada por “Cabo Anselmo” em entrevista publicada no jornal *O Globo*, em 18 de junho de 2000, de que “Cabo Anselmo” teria sido preso em 30 de maio de 1971 por agentes do DOPS. Em depoimento de Altino Dantas Jr. para a *Folha de S. Paulo*, em matéria de Henrique Lago em 14 de outubro de 1979, Edgar havia lido dito, quando ambos estavam presos no DOPS, que “Cabo Anselmo” havia sido preso com ele em 2 de junho de 1971 em seu apartamento. Em depoimento prestado à CNV, Ivan Seixas conta que estava preso no DOPS em maio de 1971 e que por volta do dia 30 de maio estava no “fundão”; nessa ocasião passou uma pessoa com capuz na cabeça e, depois, soube-se, por meio dos policiais da carceragem, que era “Cabo Anselmo”. Segundo Ivan:

Um companheiro da minha cela (...) foi até a portinhola e perguntou: ‘Anselmo, é você que está aí? Não houve resposta, em seguida perguntou de novo e aí a pessoa que estava lá falou: sou eu, está tudo bem, não se preocupem’. E ficamos com aquela informação que o “Cabo Anselmo” estava ali.

Edgar acreditava que Anselmo havia sido preso e morto. Conforme relata Ivan Seixas a partir de conversa com Edgar na prisão:

Aí ele me falou que ele tinha sido preso, que o cara que morava com ele era o “Cabo Anselmo”, e que ele achava que tinha sido preso também, porque ele não tinha notícia. Só que isso é dia 10, 12 de junho. Eu falei para ele que entrou um cara aqui com a cabeça coberta, a gente chamou e falou e ele confirmou que ele chamava Anselmo, que era o “Cabo Anselmo”. Ele falou: então mataram ele.

É partir de Edgar que ocorre a confirmação da atuação de Anselmo como agente infiltrado. Em janeiro de 1973, no DOPS/SP, Edgar esteve com Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad Barrett Viedma, vítima do Massacre da Chácara São Bento, em Pernambuco. Em depoimento Jorge Barret conta que:

Afinal eu disse, ‘Olha, toda essa história de lá de cima, é feita por um cara com toda a descrição do “Cabo Anselmo” que você me fala, do seu amigo. Seu amigo é policial. Então, tentamos que não fosse a mesma pessoa, mas não dava certo. Era a mesma pessoa. Hoje sabemos oficialmente que era a mesma pessoa nos dois casos. Mas Edgar de Aquino Duarte soube por mim e entrou numa crise profunda, batia a cabeça nas paredes, dava socos, chutes contra a porta e chorava e lamentava. Era uma coisa incrível para ele estar dois anos e meio defendendo um herói e o cara era um policial. Que ele estava preso pra que ninguém soubesse que era, que esse homem era policial.

A primeira denúncia pública do desaparecimento de Edgar de Aquino Duarte foi feita em 1975 no documento conhecido como “Bagulhão”, ou “Carta à OAB”, documento que aponta o nome de 233 torturadores e que foi enviado ao então Presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, editado e publicado posteriormente pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”.

Nos anos subsequentes, documentos oficiais apontam uma série de informações desencontradas sobre o paradeiro de Edgar. Além disso, há registro de que houve um intenso monitoramento dos familiares de Edgar, que participavam das reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Preso em seu apartamento, na rua Martins Fontes, 268, apto. 807, em São Paulo. Visto pela última vez no DOPS/SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NO DESAPARECIMENTO E NA MORTE

1.1. DOI-CODI DO I EXÉRCITO

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza
Comandantes do I Exército: general de Exército João Nina Machado e general de

Exército Sylvio Couto Coelho da Frota
Chefes do Estado Maior do I Exército: general de brigada Bento José Bandeira de Mello e general de brigada João de Alvarenga Soutto Mayor

Comandante do DOI-CODI do I Exército: general João Pinto Pacca

1.2. DOI-CODI DO II EXÉRCITO – OPERAÇÃO BANDEIRANTE

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello
Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Mário de Souza Pinto (a partir de abril de 1973)

Comandante do DOI-CODI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.3. DOPS/SP

Governador de São Paulo: Laudo Natel
Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Sérvulo Mota Lima
Delegado Chefe do DOPS/SP: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Carlos Alberto Brilhante Ustra.	DOI-CODI do II Exército –São Paulo.	Comandante do DOI-CODI/ SP, no período de 1970 a 1974.	Autor e domínio do fato consistente do sequestro de Edgar de Aquino. Duarte	DOPS/SP.	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal com base na ação penal nº 0011580-69.2012.403.6181.
Alcides Singillo.	DOPS/SP.	Escrivão.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.	DOPS/SP.	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal com base na ação penal nº 0011580-69.2012.403.6181.
Carlos Alberto Augusto.	DOPS/SP.	Investigador de polícia.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.	DOPS/SP.	Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal com base na ação penal nº 0011580-69.2012.403.6181.

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/ TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Alcides Cintra Bueno Filho.	DOPS/SP.	Delegado de polícia.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.		Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001.
Edsel Magnotti.	DOPS/SP.	Delegado do DOPS.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.		Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001.
Josecir Cuoco.	DOPS/SP.	Agente de Polícia.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.		Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001.
José Anselmo dos Santos.	DOI-CODI do II Exército –São Paulo.	Agente infiltrado.	Colaborou com o sequestro de Edgar de Aquino Duarte.		Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001.
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado do DOPS.	Sequestro, tortura, execução e ocultação de cadáver.		Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO E DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo da CNV, <i>Folha de S. Paulo</i> , ano 58, nº 18456, Primeiro caderno. p. 8: 00092.003273/2014-38 ou Acervo digital da <i>Folha de S. Paulo</i> disponível em: < http://acervo.folha.com.br/fsp/1979/10/14/2//4268256 >.	“Cabo Anselmo, um agente secreto”, 14/10/1979.	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .	Informa, segundo o próprio Edgar, ele foi preso em junho de 1971 junto com o “Cabo Anselmo”.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ACE_39653/71.	Encaminhamento nº 344/xxx/SNI/1971, 11/10/1971.	SNI – Agência Brasília.	Listagem de pessoas que fizeram curso de guerrilha em Cuba – consta o nome de Edgar, cuja situação é ‘foragido’.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001, p. 15.	Auto de qualificação e interrogatório, 16/7/1973.	1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária. Militar.	Depoimento de José Genuíno Neto informando que conheceu Edgar no DOPS/SP e que ele esteve preso em várias cidades desde 1971, incomunicável e sem identificação.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001, p. 20.	Auto de qualificação e interrogatório, 18/7/1973.	1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.	Depoimento de Roberto Ribeiro Martins: informa que conheceu Edgar no DOPS/SP e que ele estava preso há dois anos sem culpa formada e incomunicável.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001, p. 26.	Auto de qualificação e interrogatório, 17/7/1973.	1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.	Depoimento Luiz Vergatti: informa que viu Edgar durante banho de sol no DOPS/SP e que ele estava preso e incomunicável há mais de dois anos.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0001, p. 31.	Auto de qualificação e interrogatório, 16/7/1973.	1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar.	Depoimento de Carlos Vítor Alves Delamônica: afirma que teve contato com Edgar no DOPS/SP e que ele estava preso há dois anos e incomunicável.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_5771_80_001.	Informação nº 022/16/AC/76, 26/2/1976.	SNI/AC. (Documento contendo representação da OAB).	Informa os locais de prisão por onde passou Edgar; as informações contidas no documento foram repassadas à 1ª Auditoria militar da 2ª CJM/SP.
Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_6515_81_001.	Informação nº 5602/119ASP/78, 8/11/1978.	SNI – Agência SP.	Informa que foi realizado o Congresso Nacional pela Anistia e que a família da vítima participou.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_91768_76.	Informação nº 122/16/AC, 17/12/1975.	Ministério da Aeronáutica – CISA.	Informa que Edgar foi militante da VPR, tendo feito um curso de guerrilha em Cuba. A CISA desconhece seu paradeiro.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_4689_83.	Informe nº 388, 16/4/1983.	SNI – Agência Recife.	Descreve brevemente as atividades de Edgar ao longo dos anos. Consta que foi pedido <i>habeas corpus</i> em 1971. A última frase afirma que ele é terrorista e deve estar atuando na clandestinidade.
Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ARJ_ACE_646_79.	Informe nº 075/116/ARJ/79, 30/5/1979.	SNI – Agência RJ.	O nome de Edgar figura na lista parcial de desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia.
Arquivo Nacional, DI/DPF: BR_DFANBSB_ZD_05B_p.362-370_d001.	Pedido de Busca nº 124-32-76, 20/5/1976.	Ministério do Exército – III Exército – 5ª Região Militar – 2º GPT de Fron.	Listagem de subversivos brasileiros na República da Argentina – consta o nome de Edgar.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Maria José Wilhensen.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Conta que trabalhava com Edgar na bolsa de valores; que recebeu o chinelo que os familiares de Ivan Akselrud de Seixas lhe remeteram, onde Edgar havia costurado uma carta para ela. Conta ainda que conheceu “Cabo Anselmo” no tempo em que viveu com Edgar, tendo convivido também com ele e com Soledad Barrett Viedma.
Ivan Akselrud de Seixas.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Relata que Edgar ficava na cela 3 do “fundão”, no DOPS/SP. Ivan Seixas escutou o comentário feito por Edgar ao ver Carlinhos Metralha [Carlos Alberto Augusto] passar em frente à cela: “Esse foi um dos que me prenderam”. Relata que Edgar lhe contou que ao voltar de Cuba participou do MMR, organização que se junta com a Molipo formando a VPR; que teve atuação no Mato Grosso, mas perdeu o interesse em militar; que ao reencontrar Anselmo, o sustentava com seu salário; que Anselmo sumiu e que em seguida ele foi preso. Conta ainda que o reencontrou em 1973 e ele estava muito magro, mal de saúde, cabelo grande e dentes podres.
José Damião Trindade.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	“Vi o rosto dele quando fui retirado para o banho de sol. No corredor em frente à cela, quem passava via. Nos cumprimentamos com aceno de cabeça”. Conta que até abril de 1972, Edgar estava no DOI-CODI/SP.

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
André Tetsuo Ota.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Confirma que esteve com Edgar no DOI-CODI/SP.
Pedro Rocha Filho.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Relata que foi companheiro de cela de Edgar na Oban (DOI-CODI/SP). Conta que Edgar cobrava dos agentes policiais uma resposta sobre sua situação; em específico, falava diretamente com o major Ustra.
Arthur Scavone.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Conta que foi companheiro de cela de Edgar no DOI-CODI/SP - em cela coletiva em março/abril de 1972.
Maria Amélia de Almeida Teles.	BRASIL. Acervo IEVE. Testemunho prestado perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” na 7ª e 124ª audiência pública. São Paulo, 21/2/2013.	Relata que esteve presa em 1973 no DOPS/SP e que lá conversou com Edgar; ouvia as sessões de interrogatório de Edgar; pediu para seu advogado trabalhar no caso de Edgar. Conta que ao sair do DOPS/SP, em 22/6/1973, Edgar ainda estava lá.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Edgar de Aquino Duarte foi torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964. É considerado desaparecido pela CNV, uma vez que seus restos mortais não foram localizados e entregues à família.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Edgar de Aquino Duarte, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.